

Programa espacial brasileiro recebe US\$ 85 milhões vindos da privatização

por Luiza Pastor
de Brasília

O ministro de Ciência e Tecnologia, José Israel Vargas, anunciou ontem que o Programa Sino-Brasileiro de desenvolvimento de satélites terrestres e a Missão Espacial Completa Brasileira (MECB) tiveram assegurada, pelo presidente Itamar Franco, verba de US\$ 85 milhões, proveniente do programa de privatização.

O anúncio da verba coincidiu com a assinatura por Israel Vargas e o ministro presidente da Agência Nacional Espacial da China, Liu Jiyuan, do protocolo sobre os pontos principais acordados entre os dois governos para o desenvolvimento dos dois satélites de recursos terrestres previstos no Programa Sino-Brasileiro. Ontem mesmo, Israel Vargas obteve a liberação, no Diário Oficial da União, de US\$ 7,6 bilhões destinados ao pagamento da primeira parcela deste ano do programa conjunto.

A notícia, na verdade, serviu para aliviar as tensões entre os governos brasileiro e chinês. Este, nos últimos dois anos, chegou a

considerar o cancelamento do acordo firmado em 1988 pelo então presidente José Sarney, pela aparente falta de interesse demonstrada pelo Brasil e traduzida na inadimplência total do programa. De um custo total previsto em US\$ 150 milhões, cabem ao Brasil US\$ 50 milhões, dos quais de 1989 a 1992 foram liberados apenas US\$ 7 milhões.

Ontem, com a confirmação da dotação de US\$ 21 milhões para este ano e de mais US\$ 15 milhões para o período 1994/96, o ministro Israel Vargas conseguiu até vencer o governo da China a atender a uma das mais importantes reivindicações do setor espacial brasileiro dentro do programa: que o segundo satélite previsto no acordo de cooperação seja montado e testado em território nacional, no laboratório do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

Após os testes em terra, o satélite será transportado de volta à China, de onde será posto em órbita pelo foguete "Longa Marcha", da empresa chinesa "Grande Muralha" — responsável já por 33 lança-

mentos de satélites e com mais 25 agendados para os próximos anos. O lançamento será realizado a partir da base de Tai Yuan, na província de Shanxi, no Norte do país. Ao contrário do primeiro satélite, que tem data de lançamento prevista para outubro de 1996, o segundo ainda não tem seu cronograma final estabelecido.

MISSÃO ESPACIAL COMPLETA BRASILEIRA

Ao mesmo tempo em que assegurou os recursos necessários para o financiamento do Programa Sino-Brasileiro, Israel Vargas também anunciou que virão do dinheiro arrecadado pelo programa de privatização US\$ 64 milhões para a Missão Espacial Completa Brasileira (MECB). Desse total, US\$ 39 milhões serão destinados ao projeto de construção do Veículo Lançador de Satélite (VLS) e da plataforma de lançamento da Base de Alcântara (MA). Uma dotação extraordinária, principalmente considerando-se que a previsão do Orçamento Geral da União para a MECB, neste ano, havia si-

do de apenas US\$ 12 milhões.

"Estamos dando todos os recursos que nos foram solicitados pelo Centro de Tecnologia Aeroespacial (CTA)", assegurou Israel Vargas. Ele lembrou, ainda, que mais US\$ 25 milhões estão sendo destinados ao projeto de construção do túnel supersônico, uma reivindicação não só do CTA, como de toda a indústria ligada ao setor aeroespacial.

Segundo o ministro, a repentina inundação de recursos nos tradicionalmente rarefeitos cofres do programa espacial brasileiro deveu-se "à vontade política do governo de não inventar modas novas e sim de tocar os projetos que já estão começados e que são importantes em termos de ciência e tecnologia". E ele aproveitou o anúncio das verbas para cobrar dos parlamentares presentes à solenidade a agilização da tramitação do projeto de lei do executivo que cria a agência espacial civil brasileira e que se encontra parado à espera de um acordo de lideranças para entrar na pauta de votações.